

XVII Jornadas Argentinas de Estudios de Población - IV Congreso Internacional de Población del Cono Sur. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Cafayate (Salta), 2023.

Perspectivas para os Agricultores Familiares do Sul do Brasil.

Lovis Trentin, Iran Carlos.

Cita:

Lovis Trentin, Iran Carlos (2023). *Perspectivas para os Agricultores Familiares do Sul do Brasil*. XVII Jornadas Argentinas de Estudios de Población - IV Congreso Internacional de Población del Cono Sur. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Cafayate (Salta).

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/xvii.jornadas.aepa/69>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eezf/VUH>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Perspectivas para os Agricultores Familiares do Sul do Brasil.

Autor: Iran Carlos Lovis Trentin
E-mail iran-trentin@uergs.edu.br

RESUMO

A agricultura familiar aumentou sua importância na economia brasileira nestes últimos anos, e é responsável por mais de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, gerando renda e qualidade de vida para os agricultores. Mesmo assim, nestas últimas décadas no meio rural, vem aumentando o êxodo rural, principalmente de jovens e mulheres agricultoras familiares. Nesse contexto, o estudo tem por objetivo analisar através de uma pesquisa realizada nos estados do sul do Brasil, quais as principais transformações econômicas, culturais e socioambientais dos últimos anos e quem e como serão os agricultores nas próximas décadas. Foram realizadas análises sobre o perfil e a condição socioeconômica, cultural e ambiental de 320 famílias rurais, e em dados secundários da agropecuária dos Estados do Sul. Quanto a sucessão nas atividades rurais, os resultados revelaram que os fatores relacionados à pouca renda e às políticas públicas insuficientes dificultam a manutenção dos jovens e mulheres na agricultura, além disso a possibilidade de estudar o que é muito positivo abre outras oportunidades e o fator tamanho das propriedades ainda é muito limitante nas atividades da agricultura familiar. A Agroecologia é importante para a maioria dos agricultores. Assim, identificamos, a grosso modo, três tipos de agricultores: os consolidados e tecnificados, os agroecologistas que participam de feiras e cuidam da segurança e soberania alimentar e os que arrendam suas terras e logo se aposentam.

Palavras-chave: Agrotóxicos; desenvolvimento rural; qualidade de vida; pobreza; sucessão rural.

Perspectives for Family Farmers in Southern Brazil.

ABSTRACT

Family farming has increased its importance in the Brazilian economy in recent years, and is responsible for more than a third of the Gross National Product (GNP) in agriculture, generating income and quality of life for farmers. Even so, in the last decades in rural areas, the rural exodus has been increasing, mainly of young people and women family farmers. In this context, the study aims to analyze through a survey carried out in the southern states of Brazil, which are the main economic, cultural and socio-environmental changes in recent years and who and how will farmers be in the coming decades. Analyses were carried out on the socioeconomic, cultural and environmental profile and condition of 320 rural families, and on secondary agricultural data from the Southern States. As for the succession in rural activities, the results revealed that factors related to low income and insufficient public policies make it difficult to keep young people and women in agriculture, in addition, the possibility of studying what is very positive opens up other opportunities and the size factor of

properties is still very limiting in family farming activities. Agroecology is important to most farmers. Thus, we identified, roughly speaking, three types of farmers: the consolidated and technified, the agroecologists who participate in fairs and take care of food security and sovereignty, and those who lease their land and then retire.

Keywords: Pesticides; rural development; quality of life; poverty; rural succession.

Perspectivas para los Agricultores Familiares en el Sur de Brasil

RESUMEN

La agricultura familiar ha aumentado su importancia en la economía brasileña en los últimos años, y es responsable por más de un tercio del Producto Nacional Bruto (PNB) en la agricultura, generando ingresos y calidad de vida para los agricultores. Aun así, en las últimas décadas en las zonas rurales se percibe el incremento del éxodo rural, principalmente de jóvenes y mujeres agricultoras familiares. En este contexto, el estudio tiene como objetivo analizar a través de una encuesta realizada en los estados del sur de Brasil, cuáles son los principales cambios económicos, culturales y socioambientales de los últimos años y quiénes y cómo serán los agricultores en las próximas décadas. Se realizaron análisis sobre el perfil y condición socioeconómica, cultural y ambiental de 320 familias rurales, y sobre datos agropecuarios secundarios de los Estados del Sur. En cuanto a la sucesión en las actividades rurales, los resultados revelaron que factores relacionados con bajos ingresos e insuficientes políticas públicas dificultan la permanencia de jóvenes y mujeres en la agricultura, además, la posibilidad de estudiar lo que es muy positivo abre otras oportunidades y el factor tamaño de las propiedades sigue siendo muy limitante en las actividades de la agricultura familiar. La agroecología es importante para la mayoría de los agricultores. Así, identificamos, a grandes rasgos, tres tipos de agricultores: los consolidados y tecnificados, los agroecólogos que participan en ferias y cuidan la seguridad y soberanía alimentaria, y los que arriendan sus tierras y luego se jubilan.

Palabras-clave: Plaguicidas; desarrollo Rural; calidad de vida; pobreza; sucesión rural.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos dois séculos, observamos uma disseminação global da civilização industrial e grande explosão demográfica, o que em muitos casos favoreceu o desequilíbrio sócio econômico e as dinâmicas ecológicas do planeta.

Os processos industriais e as grandes migrações dos últimos cinco séculos alteraram profundamente vários territórios e regiões do globo. Regiões até então despovoadas foram intensamente povoadas e regiões com alta biodiversidade natural sofreram quedas significativas de espécies animais e vegetais, além da introdução de

outras espécies exóticas nos mais diferentes ambientes naturais, o que modificou muito a natureza. (TRENTIN, 2021).

Há mais de 11 mil anos as atividades agropecuárias foram transformando paisagens naturais e garantindo a sobrevivência da espécie humana no planeta terra. Nas Américas o processo de expansão das atividades agropecuárias foi estimulado com a chegada dos europeus e intensificada muito a partir dos anos 1960 com a *revolução verde*, quando foram introduzidas novas variedades de plantas, sementes híbridas e insumos agroquímicos externos, principalmente.

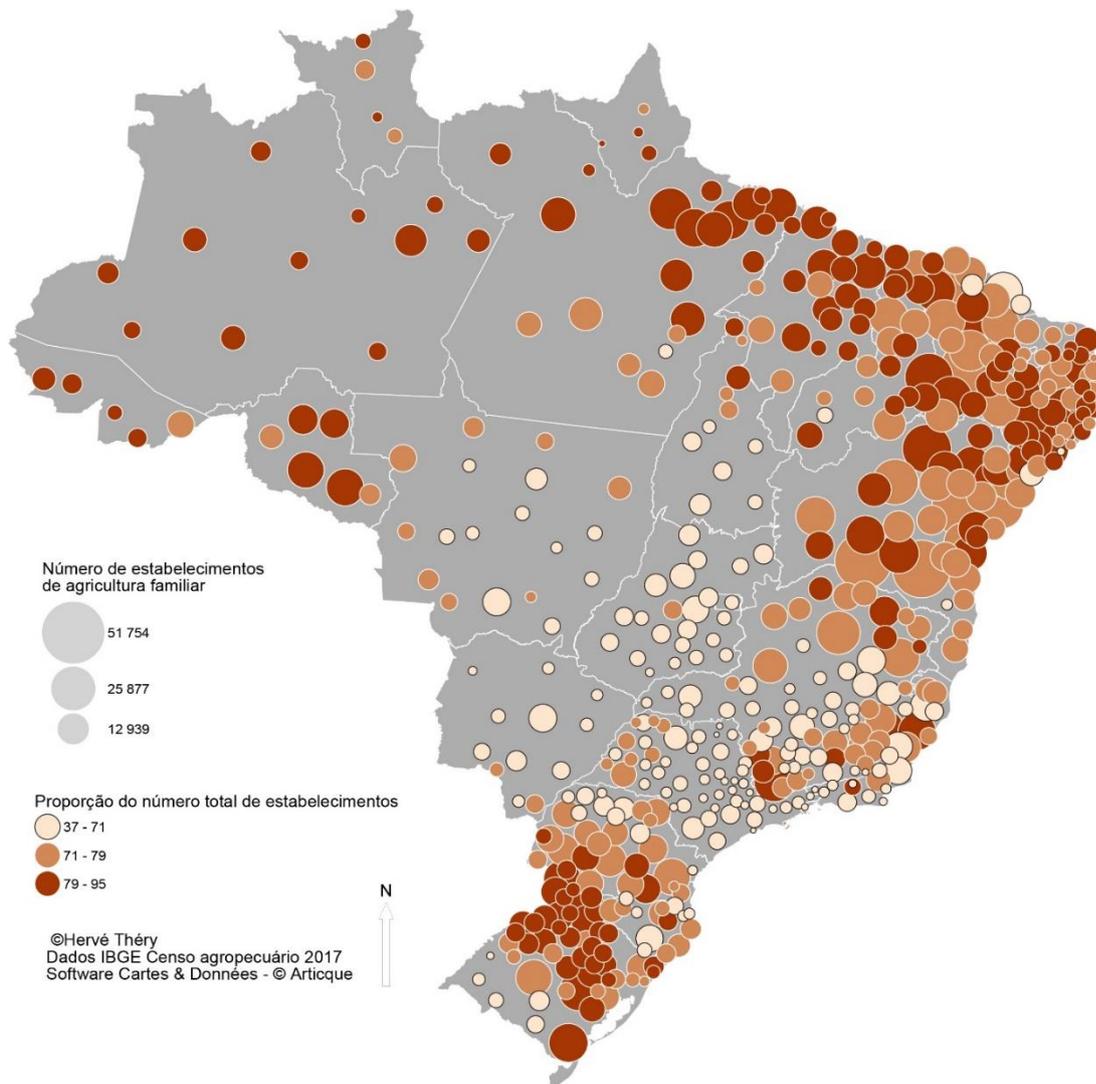
No caso brasileiro, a agropecuária sempre contribuiu para a economia com divisas através da exportação de commodities, gerando empregos, diretos e indiretos, e produzindo muitos alimentos, em 2021 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a participação da agropecuária foi de 27,4% no PIB brasileiro. Nestas últimas décadas se intensificou, através de políticas públicas, a produção para os complexos agroindustriais tanto nacionais, como para a exportação in natura de produtos para as agroindústrias de outros continentes. Essa exportação de produtos não processados, além de manter nossa dependência, gera poucos recursos para a nação além de muita contaminação.

A região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), segundo o IBGE, 2021, contribui com 23% do PIB agropecuário nacional e é conhecida também, como um dos *grandes maciços* da agricultura familiar brasileira. Presente principalmente, nos Vales do rio Uruguai, Centro e Serra Gaúcha, Oeste e Vales Catarinense, Vales, Campos Gerais e Sudoeste Paranaense, como mostra a figura abaixo. Figura 1

No Rio Grande do Sul (RS) destaca-se a região do Vale do rio Uruguai com alta presença de agricultores familiares com ambientes altamente contaminados por agrotóxicos. Conforme dados do último censo do IBGE, (2017), 22% estão empobrecidos, com pouca terra disponível e com população rural, em especial jovens e mulheres diminuindo a cada ano. Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS) nas regiões do Vale do Rio Uruguai a população rural diminuiu 1,3% de 2000 a 2010 e 1,8% de 2010 a 2020 e o número de gaúchos com mais de 60 anos que em 1970 eram 5,8% passou para 18,8% em 2020. (FEE/RS, 2022).

Com as transformações provocadas pela *modernização da agropecuária* novas formas de produzir e consumir foram sendo implantadas e as relações sociais, econômicas, ambientais, políticas, culturais, etc. ficaram mais complexas.

Figura 1: Estabelecimentos da agricultura familiar no sul do Brasil em 2017.



Fonte: Censo (2017); Org.: Autor (2022).

Esses sistemas agroalimentares, acentuam as desigualdades sociais e privações humanas, como a fome e a subnutrição intensificadas pelas constantes pandemias, por outro lado provoca também uma epidemia de sobrepeso e obesidade, principalmente nos países ricos e ou com dietas alimentares desequilibradas como é o caso do Brasil. Deste modo, é importante uma reação da sociedade para repensar formas de alimentação saudável para todos, principalmente como conceito de saúde pública e baseado na produção agroecológica.

Os efeitos catastróficos das mudanças climáticas provocadas pelo uso intensivo de combustíveis fósseis, contaminações, grandes queimadas, de grilagem, aplicação desordenada de agroquímicos que destroem a biodiversidade e esterilizam grandes ecossistemas, etc. são visíveis em todo o globo. Esse sistema depredador também fomenta os conflitos no campo e as mortes de camponeses que buscam produzir em harmonia com a natureza e não se submetem ao capital exploratório. Combater as causas das mudanças climáticas é fundamental para que possamos pensar num planeta habitável e justo para as próximas gerações.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, alguns pesquisadores, como Glissman (2000), Altieri (2001), Nicholls (2000), Sevilla Guzman (2001), entre outros, começaram a formatar o que hoje conhecemos por Agroecologia, essa ciência que também chamamos de modelo de produção agrícola sustentável. Nesta época muitas alterações negativas, em especial provocadas pela revolução verde, começaram a ser percebidas nos ecossistemas tanto de países ricos como pobres. E um modelo de produção agropecuário sustentável no tempo e no espaço passava a ser necessário.

A agroecologia interage nas relações de vizinhança, na organização do sistema produtivo, nos modos de vida, na sucessão familiar, enfim é uma ciência completa e sistêmica. Assim, mais do que discutir políticas públicas para o setor rural brasileiro, nosso interesse nesta pesquisa é apreender em que medida a agroecologia pode contribuir para que à agricultura familiar nas comunidades rurais empobrecidas possa com a maior rapidez possível, alcançar níveis de qualidade de vida satisfatórios. (TRENTIN, 2021).

Com a agroecologia a cidadania vai mais além, pois contribui para que o planeta também se mantenha melhor, contribuindo para que as mudanças climáticas sejam de menor intensidade, por exemplo. (NICHOLLS, 2000).

O redesenho dos agroecossistemas e a adoção da agroecologia são as condições vitais para que as comunidades tanto do meio rural como das áreas urbanas possam viver com dignidade e qualidade de vida. Só com um novo modelo de vida baseado na agroecologia é que o desenvolvimento local pode ser integral e ajudar comunidades que estão mais longe.

Neste sentido, na agricultura além de reduzir os processos contaminantes do agronegócio é primordial apoiar sistemas sustentáveis com a agroecologia para garantir a soberania e segurança alimentar e o equilíbrio nos agroecossistemas.

Fomentar políticas públicas e programas de apoio a agroecologia nas regiões de agricultura familiar é um passo importante na defesa da vida.

E especialmente nas áreas onde há grande número de camponeses e agricultores familiares como o Sul do Brasil a agroecologia deve ser priorizada e incentivada. Tanto pelas organizações sociais do campo como pelos sistemas de assistência técnica, e apoiadas por políticas públicas inclusivas principalmente para aqueles camponeses mais empobrecidos.

Se de um lado as migrações e a urbanização provocam a concentração das pessoas em algumas regiões do globo, por outro lado em alguns países também se percebe a recampanização do mundo rural, o que também deveria ser priorizado pelas políticas públicas brasileiras. (PLOEG, 2008).

Este artigo tem a intenção de apresentar um panorama sobre a agricultura familiar e os camponeses nestes últimos anos no sul do Brasil. Na primeira parte apresentamos algumas informações sobre a colonização, e os principais problemas enfrentados a partir da modernização forçada da agropecuária. Para desenvolver este texto, dividimos em duas partes. Na primeira parte, discutimos as principais alterações socioeconômicas enfrentadas pelos camponeses nestas últimas 4 décadas e, na segunda, apresentamos os principais resultados de pesquisa realizada com 320 famílias de agricultores e camponeses no Sul do Brasil. Além disso nas discussões e resultados apresentamos algumas ideias sobre a importância da agroecologia para a segurança e soberania alimentar brasileira.

O objetivo deste artigo foi de analisar através das pesquisas realizadas com 320 famílias de agricultores do Sul do Brasil, as alterações na agropecuária a partir das suas próprias experiências nestes últimos 50 anos, procurando também identificar que tipos de agricultores e quais sistemas agrícolas continuarão nas atividades agropecuárias nas próximas décadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos além de dados quantitativos derivados de outras investigações para caracterizar a situação socioeconômica e a agricultura familiar do Sul do Brasil, de entrevistas com 320

agricultores familiares de 100 comunidades em 60 municípios¹. As entrevistas foram realizadas diretamente nas comunidades nos municípios do Sul do Brasil por acadêmicos de Agronomia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Também realizamos entrevistas com lideranças e técnicos de cooperativas, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS (EMATER), sindicatos, entre outros, especialmente nas Regiões Celeiro, Médio Alto Uruguai, Alto da Serra do Botucaraí e Vale do rio Uruguai, no ano de 2021.

Com essas entrevistas se atingiu uma gama variada de comunidades de agricultura familiar e atores sociais ligados ao desenvolvimento agrário, propiciando a coleta de dados e informações heterogêneas e diversificadas dos entrevistados. Assim, buscamos entender, a lógica de reprodução dos agricultores, os principais produtos a cada safra, os processos migratórios, a comercialização, as deficiências das políticas públicas, o acesso à tecnologia, à educação, ao crédito e à seguridade social, a possibilidade de sucessão dentro da própria família, a concepção da importância da agroecologia e da segurança alimentar, além de tantas outras questões fundamentais para esse estudo.

Também, buscamos compreender com a pesquisa e as bibliografias analisadas quais as projeções de manutenção dos agricultores familiares e da agroecologia nas próximas décadas no Sul do Brasil, isso sempre considerando, entre outros, o desenvolvimento rural, a recuperação da biodiversidade, a qualidade de vida e a segurança alimentar das famílias.

A maioria das informações secundárias foram retiradas de pesquisas já realizadas na região, teses, artigos e do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), a partir das quais foram apresentadas características atuais da agricultura familiar nos três Estados do Sul Brasileiro.

¹ Municípios onde a pesquisa foi realizada: Agudo RS, Alto Alegre – RS, Barracão – PR, Boa Vista das Missões – RS, Bom Progresso – RS, Bossoroca – RS, Bozano – RS, Braga – RS, Caçapava do Sul – RS, Cacequi – RS, Cachoeira do Sul – RS, Camaquã- RS, Campo Novo - RS, Chapecó – SC, Chiapetta - RS, Constantina – RS, Coqueiros do Sul – RS, Coronel Bicaco – RS, Crissiumal – RS, Derrubadas – RS, Dionísio Cerqueira – SC, Elias Fausto – SP, Entre-Ijuís – RS, Esperança do Sul – RS, Espumoso – RS, Formigueiro – RS, Frederico Westphalen – RS, Garruchos – RS, Giruá – RS, Humaitá – RS, Indaiatuba – SP, Itá – SC, Jaboticaba – RS, Lajeado do Bugre – RS, Lindóia do Sul – SC, Não-Me-Toque - RS, Novo Barreiro – RS, Paial – SC, Palmeira das Missões – RS, Palotina – PR, Quaraí – RS, Rolador – RS, Rondinha – RS, Sagrada Família – RS, Santana do Livramento – RS, Santo Antônio das Missões – RS, Santo Augusto – RS, São Borja – RS, São Luiz Gonzaga-RS, São Nicolau- RS, São Pedro das Missões – RS, Seara – SC, Silveira Martins – RS, Soledade – RS, Tenente Portela – RS, Tiradentes do Sul- RS, Três de Maio – RS, Três Passos – RS, Vacaria – RS, Vera Cruz - RS

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Sul do Brasil é considerado na média brasileira, como uma região mais desenvolvida socioeconomicamente, pois apresenta um quadro de bons indicadores sociais, no comparativo com as demais regiões da federação com média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de: Santa Catarina 0,840 (2º posição no ranking nacional), Rio Grande do Sul 0,830 (5º posição) e Paraná 0,820 (6º posição). Esse desenvolvimento não é homogêneo, e no sul permanecem territórios ou microrregiões com concentração de pobreza rural acentuada nos últimos anos, por exemplo o vale do rio Uruguai-RS o Alto da Serra do Botucaraí, e o Sudeste do RS, entre outros. (IDH, 2020).

A ocupação do sul do Brasil explica, de modo geral, as diferenças de distribuição da população e de renda, ou seja revela onde se encontram os maiores níveis de pobreza rural e urbana em proporção à população geral. Assim, onde a ocupação foi baseada no latifúndio, com trabalho escravo ou com salários muito baixos, com cidades dispersas e distantes, mais pobres no geral e nas regiões de agricultura familiar em pequenas propriedades, com estrutura político-administrativa mais pulverizada e produção agrícola diversificada, com melhores indicadores sociais. Esta distribuição fundiária resulta em maior densidade demográfica no norte gaúcho, oeste catarinense, vales e sudoeste paranaense em contraposição a campanha gaúcha, o planalto e campos catarinenses e no norte e campos do Paraná, mais urbanizados e com propriedades maiores. (TRENTIN, 2015)

Nas últimas décadas, com a subdivisão em minifúndios das colônias originadas nas regiões de agricultura familiar, os filhos desses agricultores, que queriam continuar nas atividades agrícolas, tiveram que migrar para o Centro-oeste Brasileiro, Paraguai e mais recentemente para Bolívia e a Amazônia, entre outros.

Também, com a modernização da produção agrícola, imposta pelo modelo da revolução verde e conseqüentemente liberação de mão de obra, muitas famílias migraram do campo para as cidades, em especial jovens e mulheres, para as regiões metropolitanas e outras com concentração de indústrias para trabalharem como operários.

Essas transformações na agropecuária, a partir dos anos 1960, alteraram muito as paisagens rurais e introduziram outros elementos no cotidiano das famílias que

modificaram profundamente os modos de produção e de vida em todas as regiões do sul do Brasil.

No Brasil a agricultura familiar tem dinâmica e características distintas da agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. A definição legal de agricultura familiar consta no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017.

Como observamos no quadro 1 a região sul enquanto termos populacionais correspondem 14,25%, da população brasileira ocupando aproximadamente 7% do território nacional e com uma densidade demográfica de 51,60 hab/km². (IBGE, 2022)

Quadro 1: O sul do Brasil, em julho de 2021, possuía as seguintes populações:

Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência de 1º de julho de 2021	
BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA
Brasil	213.317.639
Região Sul	30.402.587
Paraná	11.597.484
Santa Catarina	7.338.473
Rio Grande do Sul	11.466.630

Fonte: IBGE (2022); Org.: autor (2022).

Todas as informações a seguir são dos resultados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), onde a agricultura familiar englobava 3,9 milhões de estabelecimentos ou 77% do total e 67% de todo o pessoal ocupado na agropecuária no País, cerca de 10,1 milhões de pessoas, vale destacar que o número de pessoas ocupadas em atividades do estabelecimento agropecuário diminuiu 8,8% em relação ao último censo (2006).

A agricultura familiar utilizava uma área de 80,9 milhões de ha correspondem a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários, e cerca de 70% desses tinham área entre 1 e 50 hectares contribuindo com 23% de toda a produção agropecuária brasileira.

Quanto aos agricultores brasileiros, sabem ler 77,4% dos homens e 75,2% das mulheres. E 81% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por homens e 19% são gerenciados por mulheres. Apenas em 2% a idade média dos agricultores é menor que 25 anos, de 25 a 65 anos são 74,8% e acima de 65 anos são 23,2%. E, 70,6% dos estabelecimentos associados a cooperativas tinham área entre 1 e 50 hectares.

Na utilização das terras em relação a 2006 o censo 2017 constatou que houve aumento de 15,9% da área de lavouras temporárias e de 31,9% de pastagens plantadas, revelando que outras áreas nativas florestais ou de pastagens naturais foram incorporadas aos sistemas de produção agropecuários intensivos.

Já na região Sul do Brasil a agricultura familiar ocupa aproximadamente 25% da área de todos os estabelecimentos agropecuários com 16,6% da população ocupada, ou seja quase 2 milhões de pessoas que contribuem com aproximadamente 40% de todo o valor da produção agropecuária regional. (IBGE, 2019)

Esses dados todos comprovam a importância da agricultura familiar brasileira e em especial no sul do Brasil, mas muito ainda tem que ser discutido quanto a manutenção deste tipo de agricultor e de suas reais necessidades para continuar contribuindo com o PIB nacional, mas com qualidade de vida.

É necessário discutir um pouco esse conceito procurando esclarecer algumas interpretações sobre os agricultores familiares. Por exemplo, Abramovay (1997) afirma que houve uma mudança de enfoque dos intelectuais após o esgotamento do tema “pequena produção” e, que a partir daí muitos teóricos passaram a afirmar que, a agricultura familiar seria um espaço de discussão mais válido e abrangente. Este mesmo autor reitera que no campo teórico/intelectual a agricultura familiar passou a ser importante após 1990. E, que a partir de então as pesquisas brasileiras sobre agricultura familiar tomaram novos rumos, modificando os métodos de pesquisa. Uma das principais mudanças foi de que não se ficou restrito ao tamanho da área do estabelecimento familiar, enquanto característica da categoria, mas foram incorporados outros fatores, como uso de mão de obra, percentual de renda obtida, etc.

Já Lamarche et al (1993) define a exploração familiar, como uma unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família” (p. 15). De acordo com suas pesquisas existem várias formas de chamar o explorador agrícola, sendo que em muitas podem estar carregadas de simbologias enquanto outras nem tanto. Segundo ele, os termos como produtor, exportador agrícola ou cultivador são termos neutros. Já o uso de camponês, agricultor, chefe de empreendimento, trabalhador da terra carregam simbologias.

Segundo Abramovay (1992, p.19): “A agricultura familiar não é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa”, pois, em alguns casos existentes, o “Estado foi determinante na moldagem da atual

estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais”. Deste modo, a agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, que incorpora a cada ano avanços técnicos, questiona e responde às políticas governamentais não pode ser identificada como camponesa.

Em muitos casos as definições de camponeses e agricultores familiares se complementam. O campesinato é uma classe social presente na economia que organiza sua produção. E para Shanin (1979: 228), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos, um modo de vida.

Para outro autor, José de Souza Martins (2001), a Agricultura Familiar é aquela instituição de reprodução das famílias, com relação direta com a terra e com a produção agrícola.

E Lamarche et al (1993) continua, é comum que a exploração agrícola familiar seja confundida com a exploração camponesa. Na concepção destes autores, a exploração camponesa é um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de exploração agrícola” (p.16). Essa contribuição foi analisada e descrita por Alexander Chayanov, sendo retomado mais tarde por H. Mendras, por J. Tepicht, entre outros. De acordo com sua obra, a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (p. 16). Afirmando que o camponês tem suas atividades relacionadas à subsistência, sem necessariamente estabelecer relações mercantilizadas.

E, para Lamarche et al (1993) “as explorações familiares agrícolas não são um grupo social homogêneo, não podendo ser considerada uma classe social no sentido marxista”. Para ele, “a exploração familiar contém nela mesma toda a diversidade e pode ser definida pelas condições objetivas de produção, tais como a superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira” (p. 18).

Deste modo, compreendemos que a agricultura familiar é aquela que interage com a paisagem, é um modo de vida, diversifica a produção, está inserida nos mercados, é base da reprodução da família, deve demandar políticas públicas específicas para sua reprodução com qualidade de vida, entre outras.

Ela também é diferente da patronal que é realizada por grandes produtores tipo empresas, que Veiga (2000) ao comparar a agricultura patronal e a familiar, afirma que aquela tem empregado cada vez menos pessoas, enquanto a familiar é mais inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento dos espaços em que está inserida. Os

dados do censo e várias pesquisas de autores importantes do Brasil, corroboram essa afirmação de que a agricultura familiar onde está instalada gera emprego, renda e se utiliza técnicas e manejos sustentáveis como a agroecologia promove qualidade de vida e desenvolvimento para as comunidades.

Na Região Sul as porções de mata atlântica e ecossistemas associados com florestas exuberantes e terrenos mais íngremes foram ficando de lado no início da colonização. E foi nessas áreas que primeiramente os imigrantes italianos, alemães, poloneses, ucranianos e outros se estabeleceram. Essas áreas coincidem com o adensamento dos agricultores familiares hoje.

Foi nessas regiões que a *revolução verde* a partir de 1960, provocou entre outras coisas, uma relativa prosperidade inicial seguida por uma estagnação e principalmente a liberação de grande contingente populacional que deveria ou migrar para centros urbanos ou buscar novas áreas de terra para continuar na agropecuária. Deste modo, outras regiões foram ocupadas, e grandes áreas de matas nativas foram sendo gradativamente transformadas em lavouras.

A partir da chegada dos imigrantes europeus não-ibéricos até o início da Revolução Verde as práticas culturais dos agricultores familiares estava baseada na diversificação, onde “se produzia de tudo” na propriedade ou se adquire em troca com vizinhos. E se vendia o excedente para comerciantes que levavam a outras regiões, assim os agricultores estavam relativamente subordinados ao capital comercial. (CHAYANOV, 1981).

A agricultura familiar da região sul sempre foi baseada na produção de policultivos, ou seja grande variedades de espécies animais e vegetais que eram produzidas nas diferentes estações do ano. Com a “modernização” da agricultura esse número de espécies foi sendo reduzido drasticamente. Hoje grande parte dos agricultores familiares do sul produzem quatro ou cinco espécies no ano com destaque, conforme a pesquisa realizada para: soja, milho, trigo, leite, suínos ou aves. Essa redução no número de espécies e adoção na maioria dos casos de variedades transgênicas tem provocado mudanças significativas na agrobiodiversidade e nas paisagens do sul do Brasil. (TRENTIN, 2019).

A região sul junto com o nordeste brasileiro concentra o maior número de famílias de agricultores. Mas esses números estão diminuindo a cada ano. Os últimos censos nacionais realizados confirmaram que o Brasil está ficando cada vez mais urbano.

No sul, a proporção de famílias vivendo em áreas rurais é de aproximadamente 15%. E a maioria dessas famílias estão concentradas nas regiões de agricultura familiar, pois nas regiões de grandes propriedades ou de agricultura patronal o número de moradores rurais despenca ainda mais. E também apresenta nos últimos anos taxas de crescimento populacional relativo muito baixas sendo as menores do Brasil.

Mesmo que nas últimas décadas a partir da organização dos movimentos sociais no campo, muitas demandas foram encaminhadas aos governos, solicitando políticas públicas específicas para a agricultura familiar, que entre elas resultaram na implantação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como política de promoção do desenvolvimento sustentável no campo o êxodo rural não foi estancado.

A agricultura familiar vive um grande dilema, por um lado quer continuar produzindo com autonomia, mas as políticas públicas e os financiamentos bancários priorizam o avanço das commodities para a exportação. É dinheiro público e assistência técnica fomentando por um lado o êxodo rural, a crescente contaminação dos ambientes, a concentração de renda, o endividamento dos agricultores e a pobreza rural, entre outras, e por outro a capitalização e tecnificação dos agricultores familiares com mais terras e produtores de commodities. Essas e outras situações são observadas especialmente em vários territórios rurais mais empobrecidos do sul.

Na região sul, até os anos de 1970, o número de estabelecimentos agropecuários aumentava, mas com as políticas de “modernização da agricultura” adotada a partir dos anos 1960 intensificou o êxodo rural, a concentração de propriedades em mãos de menor número de produtores que foram se capitalizando e conseqüentemente a queda no número de estabelecimentos agropecuários. Nas últimas décadas do séc. XX observa-se um comportamento distinto, quando ocorre uma estabilidade no número de estabelecimentos no Paraná, um crescimento no Rio Grande do Sul e somente em Santa Catarina é que o número de estabelecimentos declinou no mesmo período. Já no Rio Grande do Sul, a partir de 2000, o número de estabelecimentos tem se mantido um tanto estável. (TRENTIN, 2021).

O que se deve considerar é que muitos agricultores arrendaram suas terras aos vizinhos mais equipados para as atividades agropecuárias, ficando apenas residindo na propriedade e outros tantos foram morar nas cidades ou aglomerações urbanas próximas. Quase a totalidade desses que arrendam, os filhos já migraram e como reiteramos os jovens migram primeiro e dentre esses as mulheres mais cedo ainda.

O sul do Brasil de maneira geral foi se urbanizando de forma muito semelhante, e acompanhando a tendência brasileira, apresentou um forte crescimento no número de habitantes urbanos a partir de 1970 quando ainda a divisão estava em 50% urbanos e 50% rurais, a partir daí a cada década a população urbana crescia atingindo aproximadamente 85% nos anos 2010, índice esse que vem se mantendo. (IBGE, 2022)

Muitos territórios que concentram municípios com agricultura familiar a partir das últimas 2 décadas começaram apresentar crescimento negativo e um relativo envelhecimento da população, o que confirma a tese de que os jovens migram mais em busca de estudo superior, o que é muito positivo ou de trabalho nos centros regionais ou regiões industrializadas.

Como exemplo, neste mesmo período 51% dos municípios gaúchos apresentaram taxas negativas de crescimento populacional. Estes estão localizados, principalmente, nas regiões da fronteira oeste e norte do Estado. Nos territórios Celeiro, Médio Alto Uruguai, Missões, Fronteira Noroeste e Norte, por exemplo, verifica-se que mais de 80% dos municípios destas regiões apresentaram taxas negativas de crescimento. Observa-se que quando os centros regionais são economicamente mais dinâmicos, como em Chapecó, Itajaí, Pato Branco, Erechim, Santa Rosa e Frederico Westphalen, as taxas são positivas em contraposição aos municípios menores. Já os municípios localizados nas Regiões Metropolitanas, Vales e Litoral apresentaram as maiores taxas de crescimento, neste mesmo período. (IBGE, 2022)

Os complexos agroindustriais expandiram-se para outras regiões de agricultura familiar no Sul do Brasil nos últimos anos, o que vem disponibilizando maior oferta de empregos especialmente em frigoríficos e na cadeia produtiva de grãos. Como esses empreendimentos estão mais próximos dos agricultores, grande número de pessoas vão trabalhar um turno nesses complexos e continuam residindo nas pequenas cidades ou mesmo nas áreas rurais. Assim, a pluriatividade favorece a melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias destas regiões até então empobrecidas. (TRENTIN, 2021).

Schneider (2003), cita a seguinte definição do termo, feita por Fuller (1990): “A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da

agricultura familiar. [...] E, deste modo, a pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências) ”.

Essa combinação em regiões de agricultura familiar, entre a mão-de-obra familiar agrícola e empregos, proporciona à manutenção do estabelecimento agrícola assegurando sua reprodução socioeconômica e cultural. Essas atividades na propriedade e em algumas empresas por alguns membros da família se completam, e se deve principalmente ao uso de máquinas e equipamentos, o arrendamento de parte das propriedades e ou à pouca disponibilidade de terras, principalmente.

Segundo Veiga et al. (2001) é grande a importância da agricultura familiar no meio rural brasileiro, visto que *“uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura”*. Assim, a combinação entre empregos fora e produção de alimentos na propriedade gera segurança alimentar, maior qualidade de vida e capitalização das famílias.

Além desse processo de urbanização acelerada e de diminuição da natalidade o censo de 2017 indica a predominância feminina na composição por sexo, tanto da população brasileira como da população urbana do sul. Isso porque no meio rural as mulheres e em especial as mais jovens migram mais que os homens, provocando um envelhecimento e masculinização na agricultura familiar nas regiões analisadas. (SCHNEIDER, 2002).

Segundo Weding, et al (2021) *“as mulheres rurais encontram barreiras para o acesso ao espaço público, ao trabalho remunerado e, até mesmo, à terra. O acesso à terra representa um entrave para elas, visto que o modelo de sucessão é patriarcal”*.

Nos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE) e na pesquisa de campo observamos que os estabelecimentos de agricultores familiares, que representam em torno de 85% das unidades rurais brasileiras o que corresponde a 25% da área total ocupada, reafirmam uma estrutura agrária concentrada no país e também no Sul.

A Região Sul do Brasil possuía 19,2% do total dos estabelecimentos familiares (849.997) e 16,3% da área total agrícola brasileira. E os estabelecimentos familiares representaram 84% do total de unidades e 37% da área total. Já no Rio Grande do Sul são 378.546, ou 8,7% do total Brasileiro as unidades familiares. (IBGE, 2019).

A pesquisa de campo foi realizada 80% na região celeiro e alto Uruguai do Rio Grande do Sul, conhecida também como Vale do Rio Uruguai, e o restante em outras regiões do sul do Brasil com predomínio de agricultura familiar para que pudéssemos comparar alguns dados.

Foram entrevistadas 320 famílias de agricultores com áreas de terra de 2 a 150 hectares. Os dados revelaram que 80% no ano de 2021, produziram principalmente: soja, milho, trigo, aveia, leite, suínos, aves os demais em menor escala também: feijão, gado de corte, galinhas, mandioca, peixes, azevém, cana-de-açúcar, citronela, ovelhas, canola, alfafa, fumo, hortaliças e pomares.

Percebe-se um alto grau de especialização da agricultura familiar no Sul do Brasil, pois 80% concentram seus sistemas de produção em 5 produtos e destes muitos são integrados na criação ou terminação de aves e suínos. A grande maioria dos agricultores familiares 90% dos entrevistados produzem, ou arrendam parte das propriedades para o plantio de grãos para exportação, ou seja milho e soja e utilizam trigo ou aveia no inverno não por um fator econômico mas principalmente para a rotação de cultivos que é recomendação técnica para a melhoria da produção e para alimentar animais.

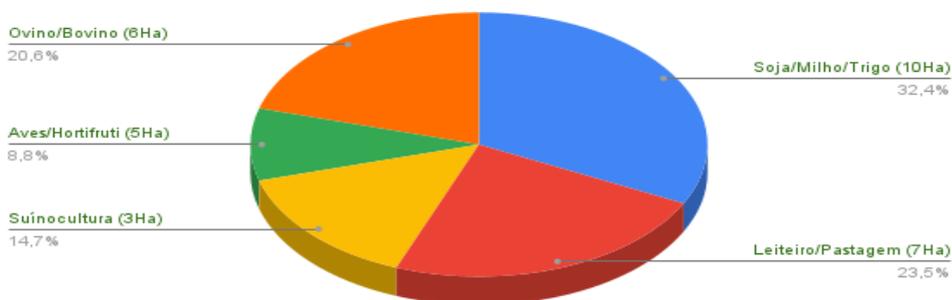
Na análise dos dados dos agricultores familiares com menor área disponível entre 1 e 10 hectares, que na maioria dos casos também correspondem aos mais empobrecidos, constatou-se pela pesquisa que esses também estão produzindo commodities para exportação, ou através da contratação de hora máquina dos vizinhos mais tecnificados ou do arrendamento para esses de parte de suas propriedades conforme o gráfico 1, a seguir.

Nessas propriedades, com raras exceções os filhos se jovens ou adultos já foram para centros urbanos, permanecendo apenas crianças em idade escolar e ou aposentados. Estas propriedades familiares estão localizadas em regiões com topografia mais íngreme o que dificultou a mecanização, por parte dos agricultores mais capitalizados e tecnificados. Deste modo, em muitos municípios se observa os bolsões de pobreza rural nestas comunidades com topografia mais acentuada e próximas ao vale do rio Uruguai, por exemplo.

Gráfico 1: Cultivos e área utilizada pelos agricultores de 1 a 10 hectares.

1 a 10 Hectares - 56 Agricultores Entrevistados

Percentual de Cultivos dos Proprietários de 1 a 10 Hectares



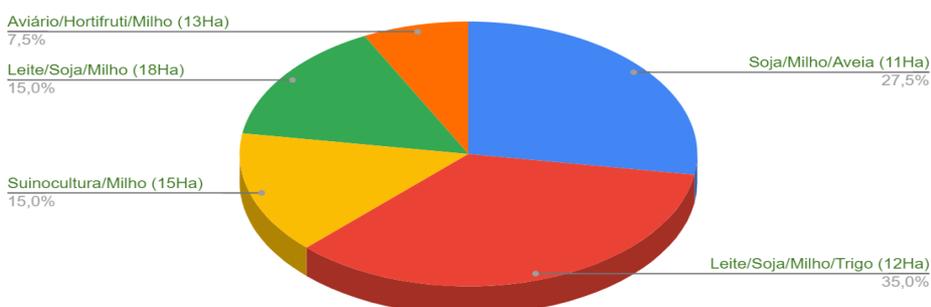
Fonte: Pesquisa de campo (2021); Org: Autor (2022).

Já nas propriedades um pouco maiores como no gráfico 2, percebe-se que o cultivar milho está em todos os extratos e a soja em quase todas. Nestas também alguns jovens ainda estão nas propriedades, mais de 70% possuem máquinas e equipamentos para a produção. E nessas também se observou a diminuição acentuada de cultivos alimentares para a família.

Gráfico 2: Cultivos e área utilizada pelos Agricultores de 11 a 20 hectares.

11 a 20 Hectares - 58 Agricultores Entrevistados

Percentual de Cultivos dos Proprietários de 11 a 20 Hectares



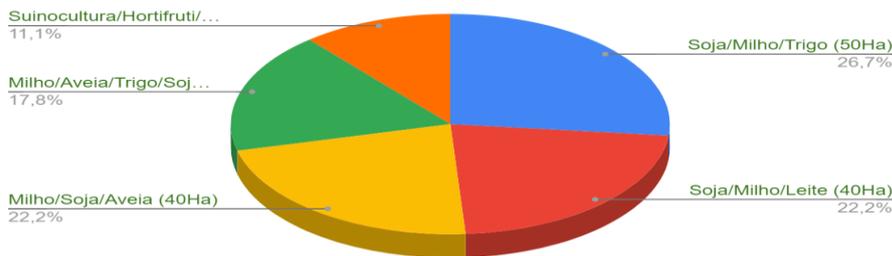
Fonte: Pesquisa de campo (2021); Org: Autor (2022).

Por outro lado, nos estratos pesquisados entre 21 e 50 hectares (Gráfico 3) os agricultores familiares utilizam a quase totalidade das áreas para cultivos de exportação, com financiamento público e integrados às cooperativas e empresas rurais.

Gráfico 3: Cultivos e área utilizada pelos Agricultores de 21 a 50 hectares.

21 a 50 Hectares - 77 Agricultores Entrevistados

Percentual de Cultivos dos Proprietários de 21 a 50 Hectares



Fonte: Pesquisa de campo (2021); Org: Autor (2022).

Nestes extratos também estão tecnificados e 80% não pretendem vender as propriedades e é onde algum dos filhos ficaria na propriedade mantendo a produção agropecuária. Mesmo assim, 20% responderam que poderiam vender ou arrendar com certeza a propriedade para vizinhos agricultores.

Já entre os agricultores familiares com áreas maiores, como o Gráfico 4 revela, as situações dos cultivos intensivos são bem mais expressivos, estão presentes em todas as propriedades e utilizam tecnologia de ponta, com grandes máquinas, que em muitos casos são subutilizadas. Essas máquinas e equipamentos são na quase totalidade dos casos financiadas com recursos públicos do Pronaf e outros programas em vários anos.

Gráfico 4: Cultivos e área utilizada pelos Agricultores de 51 ou mais hectares.

Acima de 51 Hectares - 109 Agricultores Entrevistados

Percentual de Cultivo dos Proprietários de mais de 51 Hectares



Fonte: Pesquisa de campo (2021); Org: Autor (2022).

O que os agricultores reclamam é que esses financiamentos de investimentos para máquinas, que aumentam de preço a cada semestre, nem se termina de pagar

um tipo de plantadeira por exemplo, e as empresas já começam a oferecer outro modelo bem mais cara e com alguma tecnologia a mais.

Assim, os agricultores que financiam, devido a constante publicidade das empresas, entram num círculo vicioso digamos e sempre estão trocando de máquinas e equipamentos, e os financiamentos nunca terminam.

Outro fator que chamou muito a atenção é que quase todos os filhos com idade jovem estudam e vários desses inclusive cursos superiores voltados ao meio rural. Ou seja, a tendência é que os agricultores familiares dos próximos anos sejam mais qualificados em termos educacionais.

A que se destacar que nesse grupo foram entrevistados agricultores com até 150 hectares, por isso as porcentagens de áreas com commodities aparecem mais altas. E esse grupo por possuir um pouco mais de terras financia, em muitos casos, em nome do pai, da mãe e de algum filho para poder acessar os créditos do Pronaf com juros menores.

Nas entrevistas realizadas no sul do Brasil podemos observar que, nas áreas de agricultura familiar predominante há um aumento constante na aplicação de agrotóxicos. Como os agricultores possuem máquinas grandes e caras e pouca área agrícola, eles intensificam os cultivos a cada estação do ano ou período agrícola, na tentativa de estar sempre produzindo algo e buscando a reprodução socioeconômica.

Esse grupo acima dos 51 hectares também, possuem maior capacidade de arrendamento e ou compra de terras dos vizinhos mais pequenos. Possuem também, em 60% dos entrevistados, filhos que vão suceder as atividades agropecuárias, conforme gráfico 5.

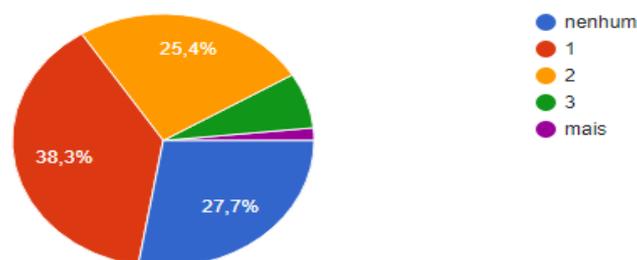
Outra questão que chama a atenção nesse grupo de agricultores familiares são os que têm só filhas mulheres, por exemplo na maioria dos casos estão estudando outras profissões e na propriedade para tocar as atividades agropecuárias se utiliza de mão de obra contratada sazonal ou mensal.

A que se destacar que nesse grupo foram entrevistados agricultores com até 150 hectares, por isso as porcentagens de áreas com commodities aparecem mais altas. E esse grupo por possuir um pouco mais de terras financia, em muitos casos, em nome do pai, da mãe e de algum filho para poder acessar os créditos do Pronaf com juros menores.

Gráfico 5: Percentual do número de filhos nas propriedades entrevistadas.

Quantos filhos estão na propriedade?

311 respostas



Fonte: Pesquisa de campo (2021); Org: Autor (2022).

Nas entrevistas realizadas no sul do Brasil podemos observar que, nas áreas de agricultura familiar predominante há um aumento constante na aplicação de agrotóxicos. Como os agricultores possuem máquinas grandes e caras e pouca área agrícola, eles intensificam os cultivos a cada estação do ano ou período agrícola, na tentativa de estar sempre produzindo algo e buscando a reprodução socioeconômica.

Mas com essa intensificação do número de cultivos, quase todos com sementes transgênicas e com alta utilização de fertilizantes externos, e aplicações de agrotóxicos, quer sejam de herbicidas, fungicidas e inseticidas que aumentaram muito nos últimos anos a situação ambiental piorou. Os ambientes estão contaminados e a saúde dos agricultores e suas famílias comprometidas. Esse é um dos motivos que muitas famílias e em especial os jovens não querem mais continuar nas atividades agropecuárias conforme relataram nas entrevistas.

No sul do Brasil, considerando a situação dos agricultores, na maioria das unidades o agricultor era o proprietário, mas há também muitos sem titulação definitiva da terra, além dos arrendatários, parceiros, ocupantes e de lugares com familiares rurais só residindo, sem área agrícola.

Essa diversidade de formas de ocupação na agricultura familiar faz com que muitos não consigam acessar as políticas públicas, pois não possuem nenhum documento que comprove a residência e a atividade rural. Nas pesquisas realizadas com técnicos e lideranças rurais era constante essa afirmação que muitos ainda estavam “fora dos programas” e necessitava uma busca ativa, a localização deste público, que são sempre os mais necessitados e empobrecidos.

Os dados da pesquisa também reforçaram a afirmação que a partir dos anos 1960, o sul do Brasil passou por profundas transformações nos modelos de produção

agropecuários e com o pacote tecnológico conhecido como revolução verde, altamente dependente de insumos externos, o rural gaúcho foi se modificando drasticamente. Essas transformações foram de todas as formas, mas destaca-se, principalmente, o êxodo rural, provocado principalmente pela mecanização da produção, a mercantilização das famílias rurais, o abandono da produção para alimentação da família, redução da biodiversidade, a dependência dos insumos e preços das multinacionais, e a contaminação por agrotóxicos e derivados de petróleo nas comunidades rurais.

Esse abandono dos cultivos alimentares se observou em todos os extratos analisados, mas principalmente nas propriedades com áreas maiores. Já nas pequenas propriedades se deve destacar o trabalho das mulheres que é fundamental para a manutenção dos cultivos tradicionais e da segurança e soberania alimentar.

Essa diferenciação entre os tipos de agricultores e suas áreas, quando utilizadas para produção de commodities in natura também, provoca a concentração de capital em algumas regiões mais dinâmicas, deixando outras mais deprimidas economicamente. Assim, regiões com solos melhores, com melhores rodovias, capacidade de armazenamento, agricultores com áreas maiores e com maior integração na cadeia produtiva conseguiriam um maior crescimento econômico em detrimento de outras ocupadas por agricultores com pequenas áreas de terra, estradas ruins, solos íngremes e menos aptos à produção tecnificada, que foram empobrecendo a cada ano.

Partindo de uma concepção que desenvolvimento é diferente de crescimento econômico, nas últimas décadas pesquisadores como Ploeg in Schneider et al, (2010), afirmam que há espaços para diferentes estilos de agricultura e não só para a baseada no uso intensivo de insumos fósseis, agroquímicos e mecanização conhecida como “a moderna”. Ele também afirma que esse tipo ou estilo de “agricultura moderna” estaria “desconectando a agricultura, como prática construída socialmente, da natureza e da ecologia, da estrutura e da qualidade do trabalho familiar, da organização social específica do tempo e espaço e da própria família, que é o principal princípio da organização social”. Isso tudo fazendo com que as famílias dos agricultores fossem apenas atores secundários nas atividades agrícolas ditas modernas.

Segundo a pesquisa de campo as ações, programas ou políticas públicas desenvolvidas nestes últimos anos no sul do Brasil são, em grosso modo, de

recuperação de solos, de crédito para custeio com juros relativamente baixos, de reordenamento agrário que inflacionou o mercado de terras, de agroindustrialização que esbarra na legalização e na falta de mão de obra, de aquisição de máquinas e equipamentos, mas também, seguem com muita ênfase priorizando e incentivando a produção de commodities para a exportação com agroquímicos externos, além de algumas de habitação e compra direta, mas que atingem pequenos grupos de agricultores. Assim, os agricultores familiares continuam a buscar crédito para reproduzir o pacote da revolução verde, esgotando os recursos naturais da sua área de terra e, além disso, suas dívidas aumentam a cada ano.

O apoio à produção de commodities para a exportação com financiamento público, é orientada para que haja um aumento na produção e na produtividade, inclusive em áreas com agricultura rudimentar e dependente de insumos externos, ou com aptidões limitadas quanto ao relevo, por exemplo. Não se respeita as características físicas e nem sociais de cada local ou território.

A assistência técnica fornecida pelas empresas privadas e cooperativas, e o crédito “facilitado” pelos bancos são direcionados a produção de produtos para a exportação e dependentes de insumos. Os agricultores ficam à mercê destes técnicos e sem o apoio e incentivos, via política pública específica de fomento à segurança alimentar, é muito difícil desenvolver atividades sustentáveis no tempo e no espaço como a agroecologia.

Nesses municípios de agricultura familiar predominante persistem problemas como a masculinização (as jovens mulheres migram mais aos centros urbanos), e o envelhecimento, ou seja, os jovens no geral migram mais, quer seja para estudar ou para trabalhar. Quando vão estudar as escolas na quase totalidade, reproduzem uma visão equivocada de que o “urbano é moderno”. (SCHNEIDER, 2004).

Também persistem problemas de estrutura agrária, onde muitas famílias, em especial as mais pobres do meio rural, não possuem terras próprias e quando possuem são espaços muito pequenos para a produção de alimentos ou para a reprodução socioeconômica com dignidade. As políticas públicas de aquisição de terras pelas famílias mostram-se equivocadas, pois geram grandes dívidas e inflacionam o mercado de terras nas comunidades rurais.

Esse modelo de produção apoiado pelas políticas públicas provoca fortes desequilíbrios regionais. Em todo o sul do Brasil se percebem ilhas de prosperidade do agronegócio, mas numa linguagem geográfica, no interior dessas ilhas estão

muitas rochas, que são as unidades empobrecidas. Deste modo, mesmo numa região, onde os índices médios de desenvolvimento aparecem altos, figuram brasileiros rurais muito pobres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura familiar do sul do Brasil continuou mudando nestes últimos anos e continuará se transformando nas próximas décadas. A pesquisa de campo e os dados oficiais revelam que mesmo entre os agricultores existem grupos que no decorrer das últimas décadas apoiados por políticas públicas específicas conseguiram adquirir melhores condições financeiras. E também outros tantos conseguiram a partir de políticas inclusivas, melhorar sua condição de vida. Mas o processo de produção intensiva já provocou problemas sérios ao ambiente e outras tantas situações com contaminantes que ainda não conseguimos visualizar a curto prazo.

Mesmo com as dez qualidades da agricultura familiar segundo Ploeg, (2018): controle sobre os recursos; mão de obra predominante familiar; ligação direta entre estabelecimento-necessidades-potencialidades e funcionamento; parte dos alimentos consumidos; não ser só um lugar de produção, mas o lar da família; ser uma história cheia de memórias de várias gerações que se projetam no futuro; ser rede de conhecimentos e relacionamentos; ser patrimônio cultural; fortalecem a economia local e contribui para o equilíbrio ecológico, a paisagem rural, conservar a biodiversidade e amenizar as mudanças climáticas, há muito por fazer.

O futuro da agricultura familiar e dos camponeses no Sul do Brasil precisa ser levado a sério pelas próprias famílias, pelos governos e pelas empresas ou cooperativas que diretamente atuam no setor. Essa cadeia produtiva tem que repensar sua atuação e cada um comprometer-se pois o sucesso de uma parte depende diretamente dos outros.

Conforme os dados levantados existem vários tipos ou extratos de agricultores familiares e esses não podem ser tratados como iguais. Os diferentes devem ser tratados como diferentes. Novas políticas públicas e programas devem ser gestados e discutidos com os movimentos sociais do campo para que uma série de problemas ambientais, econômicos, psicossociais e de saúde não se acentuem nas próximas décadas.

As políticas públicas desde a esfera municipal, estadual ou nacional precisam considerar os diferentes grupos de agricultores e camponeses com ações específicas. Para aquela proporção de jovens que irão continuar nas atividades agropecuárias, que segundo a pesquisa são aproximadamente de 38,7%, é urgente a formulação de programas estruturantes para que possam continuar produzindo e colaborando muito com o PIB nacional, mas com mais qualidade de vida. É inadmissível a quantidade de agrotóxicos que se manipulam a cada ano agrícola e em muitos casos sem a proteção devida.

Um dos maiores legados para os agricultores familiares é sem dúvida a possibilidade de seus filhos poderem estudar e inclusive frequentar cursos superiores para qualificar a produção. Isso cria um leque de novas oportunidades tanto para aqueles que irão suceder as atividades agropecuárias da família quanto para aqueles que devido à pouca terra necessitam migrar para centros urbanos.

Para esse grupo de jovens que não querem ficar no campo, além de considerarem o trabalho mais penoso outra das grandes questões é a baixa remuneração do trabalho e a não sazonalidade dos ganhos, pois a não ser na pecuária leiteira que é mensal ou engorda de suínos e aves as outras atividades demoram mais meses e os lucros são incertos.

A infraestrutura rural ainda precária como as estradas, o sinal de celular, de internet, o acesso à água em quantidade e qualidade, a pouca densidade de jovens, os insuficientes espaços de lazer, o alto valor de manutenção de carros e motos, entre outros são fatores que desmotivam muito os jovens e também os idosos quando se aposentam a permanecerem nas propriedades rurais.

A agricultura familiar mais tecnificada e com maiores áreas agrícolas caminha para se tornar mais empresarial e deverá se modernizar como a agricultura dos países do Norte.

Como a agricultura familiar brasileira contribui muito para a produção de alimentos deve-se priorizar políticas públicas e ações que priorizem a agroecologia, como forma de produção sustentável e de qualidade dos alimentos para a população. Pois a agroecologia promove a recuperação ambiental, autonomia e o desenvolvimento. Junto com a Agricultura Familiar a Agroecologia é uma *forma de vida* e deve ser priorizada em todas as regiões.

Para os camponeses com áreas de terra mais pequenas a agroecologia pode fortalecer e promover renda e emprego, garantindo a sucessão, a oferta de alimentos

saudáveis nas comunidades locais e também com novas atividades econômicas ou com a produção de novos produtos e a prestação de novos serviços, atingir novos mercados mais justos e socialmente construídos.

Para a manutenção do número, mesmo que reduzido a cada ano de agricultores familiares, se faz necessário novas políticas públicas em especial de infraestrutura, estradas, comunicações, ciência e tecnologia, educação vocacionada, seguridade social, inclusão produtiva, renda mensal, agrovilas, entre outros, de forma urgente. E é primordial nessas próximas décadas, garantir sistemas sustentáveis de produção para a segurança e soberania alimentar. Os territórios devem ser preservados e recuperados assim redesenhos agroecológicos são fundamentais.

Outra constatação foi que os agricultores menores ou mais descapitalizados de meia idade ou faltando pouco tempo para se aposentar são unânimes em afirmar que estão no campo até se aposentar e que depois a tendência é ir para perto de algum filho na cidade. Deste modo, para esse grupo deveria ser priorizado a agroecologia para produção de alimentos uma vez que possuem o conhecimento acumulado por várias gerações sobre a terra, os cultivos, criações e a região.

As políticas públicas de agroecologia devem ser elaboradas e pensadas visando o desenvolvimento de forma integral e devem considerar que a soberania alimentar e a recuperação dos ambientes, são vitais para que qualquer sociedade que se projeta para o futuro possa usufruir de forma igualitária dos dividendos das atividades do meio rural. (TRENTIN, I. C. L.; NICHOLLS, C.; FONTE, M. 2015)

Quando perguntados sobre o que os governos poderiam fazer para melhorar a vida no meio rural, de maneira geral, os agricultores responderam que deveria ser priorizado: investir em agroecologia, para produção de alimentos; mudar as leis trabalhistas; melhorar o atendimento da saúde para agricultores; reduzir a burocracia para a realização de investimentos agrícolas; irrigação; projetos que incentivem sua permanência dos jovens no meio rural; incentivos e políticas públicas para a agroecologia; programas municipais de jardinagem e melhoria das propriedades; programas de internet para todos; circuitos curtos de comercialização como feiras, compras institucionais; agroecologia como disciplina em todas as escolas da região; melhorias nas estradas rurais, com asfaltamento de estradas gerais; recursos subsidiados para agrovilas e sítios produtivos próximos as cidades para aqueles que não possuem casa e trabalham de forma pluriativa, bolsa permanência para jovens agroecológicos, titulação de terras, etc.

A agricultura familiar mesmo com as constantes estiagens e oscilações dos preços vem se fortalecendo e se consolidando como alternativa viável para milhares de famílias, isso favorecido principalmente pela sua grande capacidade de adaptação a diferentes ecossistemas e condições.

Na região Sul os agricultores familiares mesmo que desenvolvam estratégias diversificadas, o perfil dos agricultores está ficando mais homogêneo. De um lado os tecnificados e mais modernos inseridos no mercado, com tecnologias novas e vinculados a produção de commodities, um segundo grupo os agroecológicos com diversificação da produção que participam mais da vida comunitária, dos programas de compra direta, das feiras locais, etc e também um número significativo de agricultores com idade mais avançada que permanece no campo como local de moradia e arrendam sua área para os mais dependentes dos mercados.

Nesta pesquisa também foi possível identificar que se houvesse maior possibilidade de aquisição de terras subsidiadas, uma parte significativa dos jovens ficaria no campo, e entre aqueles que estudaram e tem vida comunitária mais ativa a proporcionalidade é maior. Esses querem continuar na agropecuária mas com qualidade de vida.

A agroecologia e sua interação com os ambientes é a ciência que pode trabalhar nos agroecossistemas degradados e gerar qualidade de vida, segurança alimentar e desenvolvimento em todas as regiões com qualidade de vida para o campo e cidade.

Enfim, citando Lamarche conclui-se que “a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio. Do valor atribuído a cada um desses elementos dependerão suas características, suas exigências e seu futuro”. (LAMARCHE, 1993, p. 22)

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29 (Texto para discussão)

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2020. Disponível em: . Acesso em 04 de Maio de 2022.

BASSO, David. **Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais: abordagens sobre o desenvolvimento rural na região noroeste do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro. 2004.

BRASIL. LEI 11326/06 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Presidência da República**, Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em Dezembro de 2021.

BROSE, Markus. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Org.). Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na região Sul do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8. **Anais...** Florianópolis, 2008.

BLUME, R.; SCHNEIDER, S. **Sobre a delimitação do rural: atualizando o debate sobre as metodologias que desmistificam o fim do rural no Brasil**. In: CONTERATO, M. A; RADOMSKY, G. F. W; SCHNEIDER, S (ogs). Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas - volume 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

CAMARARO, A. A. & ABRAMOVAY, R., 1999. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. *Texto para Discussão n. 621, IPEA*, p. 23

CHAYANOV, Alexander V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (orgs). A questão Agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133 a 163.

GERVASIO, W.; BATISTA, E.; CAVALCANTE, L. dos S. O êxodo da juventude camponesa: campo ou cidade? **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v.9, n.4, p.1-8, 2015

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre**, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário de 2017. Disponível em www.sidra.IBGE.gov.br. Acesso em jan. 2022.

LAMARCHE, Hughes (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Volume I: Uma realidade Multiforme. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

FONTE, M. C'era una volta il mondo rurale... **Agriregionieuropa**, ano 6, nº 20, Março de 2010.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. Feedados. Porto Alegre: FEE, 2022. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados>. Acesso em: 12 maio 2022.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: EI/UNICAMP, 1999 (Coleção Pesquisas1)

GLIESSMAN, Stefan. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

LAMARCHE, H. "A agricultura familiar: uma realidade multiforme". Campinas: Editora da Unicamp, 1993. **A análise da empresa familiar agrícola ou industrial**. In: Association des Ruralistes Français. Lê monde Rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination. Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Françaises.

LAMARCHE, Hugues (coord.). Introdução geral. In: **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 13-22.

MARTINS, Jose de Souza. **Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Santiago. Chile, 2001.

NICHOLLS, C. AGROECOLOGÍA Teoría y práctica para una agricultura sustentable. Primera edición: 2000, **Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente**. México. DF.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro • RJ • Brasil, Número I, 2014, 16 p. ISSN: 1807-491X

SHANIN, Teodor. **Campeños y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.14, n.159, p.97-106, 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. et Al. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010

TRENTIN, I. C. L., Wesz Junior, V. J., & Filippi, E. E. (2009). The effects of the family agro-industries for the development of the rural localities in the south of Brazil. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, 6(63), 59-85.

TRENTIN, I. C. L.; NICHOLLS, C.; FONTE, M. Agroecologia e as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul-Brasil. In: **Anais** do V Congresso Latinoamericano de Agroecología-SOCLA (La Plata, 2015). 2015.

TRENTIN, I. C. L. Desenvolvimento Regional e Agroecologia no Rio Grande do Sul/Brasil. **Investigaciones Geográficas**, (49), Pág. 99-115. 2015, doi:10.5354/0719-5370.2015.37516.

TRENTIN, I. C. L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Promoção da Agricultura Familiar ou do Agronegócio no Brasil?. **REVISTA VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, v. 14, p. 554- 561, 2019.

TRENTIN, I. C. L. Cambiamenti climatici e agroecologia nello sviluppo del Rio Grande do Sul-Brasile. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 12, p. 39-62, 2021.

VEIGA, J. E. **Diretrizes para uma nova política agrária**. Publicado no livro Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2000, pp. 19-36.

VEIGA, J. E. ; FAVARETO, A. ; AZEVEDO, C.M.A. ;BITTENCOURT, G. ; VECCHIATTI, K. ; MAGALHÃES, R. ; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**, Brasília: Convênio FIPE-IICA(MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecapublicacaoID=112>.

ZAGO, N.; BORDIGNON, C. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 9. **Anais...** Caxias do Sul, 2012.

ZUCATTO, L.; FERASSO, M.; EVANGELISTA, M. A importância das exportações para o desenvolvimento local da fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e do Extremo-Oeste de Santa Catarina. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, v. 9, n. 1-2, p. 97-111, 2010.

WEDING. J. C. et al. Movimentos de Emigração de Mulheres Rurais em Itapejara d'Oeste/PR: enfrentando relações de poder patriarcais. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v.26, 2021. ISSN 1982-6745